

A CASA CASTREJA

C. A. FERREIRA DE ALMEIDA

No noroeste peninsular a cultura que mostra, pela primeira vez, casas feitas em pedra é a castreja. E esta é a sua característica mais notória e creio que também a mais essencial. Habitados a percorrer castros e a ler notícias sobre suas características e sobre as suas escavações, fica-nos a convicção de que podemos definir a cultura desse tempo, nesta região, como a “primeira civilização de pedra” e “a dos primeiros povoados petrificados”. Ela é muito mais isto que uma “cultura de ferro” a cujo âmbito pertence, por tudo, até porque sem o ferro-aço e as forjas seria incompreensível o intenso labor dos seus pedreiros. Apesar disto a artesanaria do bronze estava muito mais vulgarizada e continuaria a ser muito estimada.

Supomos que uma cultura se poderá definir e nomear, muito mais, pela configuração do seu habitat - neste caso, com povoados relativamente pequenos, instalados e defendidos em montes de reduzida ou média altura, não longe de rios e campos- e pela peculiar forma e organização das casas e seus espaços que por uma certa especificidade de artefactos ou de padrões de enterramento. Sem dúvida que, em qualquer sociedade, a organização do habitat, dos povoados com os seus diversos espaços, território e casas é uma das mais globais expressões das suas características e do seu viver quotidiano, porque ela está radicalmente relacionada com o seu ecossistema, a sua economia, os seus padrões de vida familiar e social e suas mentalidades.

Ao falarmos de casa castreja referimo-nos, somente, à habitação construída com muros em pedra, e não às cabanas feitas com postes de madeira. Teremos em mente, sobretudo, a área meridional desta cultura, a qual mais tarde, em grande parte, corresponde à do *conventus bracaraugustanus*. Esta sub-área cultural castreja - a meridional- distingue-se da do lado norte, pelas suas cerâmicas, pela escultura (que aquela quase não tem) na sua arquitectura pública, caso do urbanismo e das fontes/banho, mas também, como iremos ver, na arquitectura e organização das suas casas. A parte meridional mostra um maior dinamismo e um relativo avanço devido ao contágio e influxos vindos do Sul mais precoces e, porque mais próximos, mais determinantes.

Perece certo que a petrificação das habitações, no Noroeste peninsular, é um fenómeno bastante tardio. As primeiras casas não terão aparecido nesta área antes

dos fins do séc. IV a. C. e, pela época de Augusto, ainda haveria habitações de taipa/pisé, como nos mostram exemplos do Mozinho e de Sanfins. Vão-se conhecendo cada vez mais numerosos níveis de povoados dos séculos V e IV a. C., caso de Neixón, parte alta de Castro Mau, Cameixa, Villadonga, Facha, Santiago (Chaves), onde não se encontram verdadeiros muros de pedra pertencentes a casas, onde são visíveis os buracos de postes de cabanas ou os elementos de barro dos contornos com vestígios dos componentes vegetais, onde se vêem pisos de habitação e belas lareiras sem muros pétreos a abrangê-los. Alguns destes níveis têm cronologias sugeridas por materiais meridionais ou mediterrânicos mas também e, sobretudo, por uma já bastante rica gama de cerâmicas carenadas, brunidas e polidas que nos estão a aparecer cada vez mais e nos indicam, pela sua tipologia variada e grande difusão, larga perduração. Elas estão na sequência das cerâmicas dos "campos de urnas", do tipo Alpiarça e de cerâmicas do Bronze Final e da 1ª Idade do Ferro. A perspectivação dos povoados dos utentes destas cerâmicas, e sua organização, é uma das mais prementes e difíceis tarefas da arqueologia do Noroeste. Os seus habitats instalam-se já em locais sobranceiros, onde se desenvolvem depois os castros, mas as suas habitações seriam ainda de materiais perecíveis. Os seus povoados estavam defendidos por muralhas constando de amontoamento, em talude, de terra e pedras. Para a instalação dos povoados, nesta fase, parece haver uma certa predileção pelos montes onde há amontoados de penedos que permitem abrigos e mais fácil defesa, casos de Santiago, Faria, Facha, Matos, Castelo de Aguiar, etc.. Esperemos que a publicação dos resultados de escavações, e a sua continuação, em locais como Neixón, Castro Mau e Faria, nos documentem e esclareçam melhor este período que parece ter sido bastante longo.

Se concordarmos em chamar "castro" apenas a um povoado que, para além das suas muralhas, tenha também grande parte das suas habitações feitas em pedra teremos de dizer que é somente após a fase precedente que os temos, isto é, que a cultura castreja como nos é hoje tipificada é de época relativamente recente. Atentos os resultados de Cameixa, Castro Mau, Neixón e Facha, aqui com duas datações de C. 14, o fenómeno da petrificação das casas não deverá ter começado muito antes de início do séc. III a. C. ¹. Um fragmento de cerâmica grega, de figuras vermelhas, de Castro Mau, parece estar associado a uma casa de postes de madeira e na Facha o mais antigo nível em que aparecem muros de casas estava sobreposto por outro que tem a datação, pelo C. 14, de 260, ± 50 anos. Dada a exiguidade dos testemunhos destes horizontes mais antigos estamos longe ainda de podermos vislumbrar a organização dos seus povoados e a disposição das suas habitações.

Tínhamos porém, já nessa altura, uma importante economia cerealífera de trigo e painço. Muito cultivada era também a ervilha. São na verdade muito abundantes estes grãos, calcinados, nos níveis desta fase, muito mais que nos tempos posteriores. Isto dever-se-à explicar não pelo decréscimo desses cultivos mas antes porque, como acontecia com a bolota/lande, haveria o hábito da sua torrefação prévia para serem imediatamente comidos ou para a sua trituração.

PERIODO CASTREJO ANTIGO

As casas castrejas mais antigas que conhecemos estão bem testemunhadas na Facha. Aqui, o mais antigo nível que apresenta habitações petrificadas dá-nos casas feitas com muros muito estreitos, à volta dos 30 cm., utilizando pequenas

pedras, quebradas pelas fissuras e sem qualquer vestígio de pico de aço, e muito barro. O diâmetro das casas mais antigas, com piso fino, feito de saibro, anda entre os 3 e os 4 m., ao passo que no nível sequente, superior, as casas, apresentando ainda as paredes com técnica semelhante, têm diâmetro maior e piso muito mais espesso². As lareiras estavam no centro e, pelo menos, uma das casas tinha porta ao nível do solo. Nos outros casos é difícil saber dado que as suas paredes não se conservavam em todo o perímetro. Parece contudo que não tinham vestíbulo. Dada a fragilidade de seus muros supomos que estes seriam relativamente baixos. Esta lição do castro de S.^{to} Estevão da Facha (Ponte de Lima) parece verificar-se também em Faria (Barcelos). Mas sobre a organização dos castros e suas casas, neste horizonte, pouco sabemos³.

PERIODO CASTREJO MEDIO

Certamente não antes do começo do séc. I a. C., ou talvez só a partir da invasão-reconhecimento de J. César (61 a. C.) -a quem mercê da sua política para a Lusitânia, a área meridional castreja deve um grande dinamismo- os nossos povoados castrejos començam-se a construir e a organizar como os vemos ilustrados nas publicações que tratam da cultura castreja. E que sem a introdução massiça dos conhecimentos da arte da forja, das forjas e das temperas é impossível explicar o intenso labor dos pedreiros dos nossos castros. Concomitantemente nota-se um grande desenvolvimento do ofício de pedreiro como as construções revelam. As casas apresentam as pedras trabalhadas a pico no lado exterior, as suas paredes engróssam-se⁴, sinal de vontade de subir e de melhor segurar os seus muros. A casa, tendo em mente os exemplos do castro da Facha, reduz um pouco o seu perímetro mas na prática alarga-se pela construção e adição do vestíbulo, que antes não aparece. Nas áreas onde há granito passa-se a adoptar sistematicamente a técnica do aparelho poligonal, mais ou menos irregular, mas colocado sistematicamente com um lado saliente para cima, o que dá a qualquer ruína de muro castrejo, desta fase, um perfil denteado. Não há pois fiadas horizontais, de tendência isódoma, que só começam a aparecer a partir de época flávia. Estes tipos de aparelho poligonal e técnica denteada, patenteados na generalidade de nossos castros, podem atingir grande perfeição, chegando em pormenores ao reticulado, como vemos em muitos trechos de muro do castro de Santa Luzia, Briteiros, datáveis já da nossa era.

PERIODO CASTREJO RECENTE

Com Augusto a cultura castreja tem uma grande expansão e transformação, testemunhadas não só nas reformas dos povoados existentes como também no aparecimento de muitos outros de novo. Na área do conventus bracarense, desde os meados do séc. I a.C. aos meados do I d.C., o número de castros e/ou castelos quase deve ter duplicado. Neste período, sistematicamente encontramos ainda, nos antigos, transformações urbanísticas, das quais o exemplo notável é o de Sanfins. Muitos dos que aparecem de novo instalam-se no meio de terrenos lavrados, defendendo-se com aterros e fossos numa nítida inspiração dos acampamentos romanos. Isto patenteia não só o acréscimo dos interesses agrícolas e o uso sistemático do pão de trigo ou milho na alimentação quotidiana mas também uma forte

vontade político-administrativa da parte romana. Não conhecemos directamente as leis, mas podemos inferi-las de certos textos e pelas consequências. Dion Casio (H.R., L, V, II, 5) diz que Augusto fomentou a descida dos montanheseiros para os campos. Mas Floro (E.H.R., 2, 33, 59-60) é mais claro, quando diz que Augusto determinara que os indígenas vivessem em castros de planície aos quais deu uma certa capacidade administrativa: *qui fiduciam montium timens, in quos recipiebant, castra sua, qui in plano erant, habitare et incolere iussit: ibi gentis esse concilium illud observari caput*. Desta política resultou aquilo a que chamámos “castros agrícolas” cujos exemplos escavados na Bracarense arrancam da época de Augusto. Conforme a análise especial dos castros evidencia, e aqueles textos sugerem, foram muitos os casos de desdobramento/cisão de castros tradicionais, mais altos, para outros de planície. Dividir até para aculturar e transformar. Parece evidente que estas “políticas” cisões de povoados para novas fundações só seriam possíveis com aliciantes, caso da atribuição de *ager* para explorar. A epigrafia referente à *origo* de pessoas - curioso que fale em *castella* e não em *castra* - pressupõe tal, mas a inscrição de Enxames, Vilardevós (Ourense), estudada por G. Pereira, o explicita. Quatro marcos aparecidos ao lado de Chaves com os nomes PRAEN. e, no outro lado, COROC. só podem dividir território de dois “castella”, neste caso *ager per extremitatem mensura comprehensus*. Muitos destes *castella* têm espaço tão reduzido, às vezes com 0,5 ha, que neles só poderiam viver algumas famílias, possivelmente das mais colaboracionistas, e em alguns casos da mesma linha sanguínea. Assim se explicaria uma referência como) . *domo Vacoeci* e que alguns nomes de *castella* que parecem ser, radicalmente, de pessoas, v.g. Agripa, ou até étnicos. A importância destes “castros agrícolas” decaiu depressa, ainda no séc. I, devido certamente ao fenómeno da *assignatio* do *ager* ter passado a ser feita a *conductores* particulares, como a inscrição de Rameseiros já testemunha. Por isto também desaparecem as alusões da *origo* ligada aos *castella*, facto observado já por G Pereira e J. Santos. É evidente que esta política de transformação económica e social iniciada com Augusto influenciou a arquitectura doméstica nos nossos castros. Muitas casas começam a ter decoração nas suas ombreiras e padieiras e por vezes mostram frisos decorativos, em seu redor, de que temos muitos testemunhos, caso de Afife, Briteiros, Sabroso, Mozinho, Neiva, Sendin, etc.⁵. Nos horizontes dos povoados deste período, as casas aparecem organizadas em pequenos conjuntos, a que há muito se vem chamando, mas impropriamente “bairros”, porque eles configuram somente, e apenas, e com toda a certeza, uma organização de nível familiar. É pena não termos até hoje qualquer notícia de escavação, longa, que presupponha todo um questionário interpretativo destes conjuntos, aliás sistematicamente publicados de forma insatisfatória e até incorrecta.

Estes conjuntos habitacionais, bem demarcados, constam de diversas edificações geralmente com forma diferente, redondas umas e quadrangulares outras, umas com entrada ao nível do solo e outras não. Para além duma diversidade de formas há também diferenças na largura das portas e nos cuidados dos seus muros. Tudo isto tem de estar relacionado com a diferente função destas construções que sem dúvida alguma, e como de há muito se vem dizendo, correspondem ao espaço de uma família. Como já escrevemos esta terio ainda recordações do tipo de família “misto pai-filhas”. Ela corresponde a uma unidade de produção e de consumo e dever-se-à explicar por influências meridionais e pelas transformações sociais e económicas. Ela, em tudo, corresponde ao tipo de *casa-páteo*, *composta* e *lacha*, mediterrânica, que chefia uma pequena exploração, agrária, denotando bem nas suas

partes e organização a essencialidade dos seguintes espaços: cozinha-dormitório, silo-hórreo e pátio-eira.

Supomos que as casas que têm entrada a nível do solo, onde há lareiras, correspondem a habitações de estar, comer e dormir. Dentro destes conjuntos, as construções que, seguramente, têm entrada/porta algo ou bastante acima do nível do solo, corresponde a silos⁶. Esta hipótese, de resto já sugerida para certas casas redondas com um diâmetro muito reduzido⁷, parece-nos confirmada pela nossa observação das estações castrejas desde Sanfins a Santa Tecla⁸. Certos espaços empedrados, por vezes com pequena vedação, como se vê em Briteiros e Sanfins, deverão ser interpretados funcionalmente como eiras, necessárias para a secagem de frutos, bolotas, etc. Parece-nos que o cuidado colocado no empedramento do pátio das casas poderá ser melhor compreendido se ele tiver tido também esta função.

E a esta fase que teremos de atribuir os moinhos manuais, giratórios, que tecnicamente correspondem a este período. São por vezes decorados o que significa a excelência da sua intervenção/utilização. Eles são muito abundantes e, para além de uma técnica, eles testemunham-nos novos hábitos na confecção do pão⁹. A partir deste momento vão-se encontrando cada vez mais os fornos de cozer pão que se instalem tanto nos vestíbulos, como documentam os multiplicados exemplos de Santa Tecla, como dentro ou fora das casas, casos de Santa Luzia ou Sanfins.

PERIODO CASTREJO FINAL (EPOCA FLAVIA)

A técnica, tantas vezes patenteada em Sanfins, Mozinho, e Briteiros, que utiliza, sobretudo ao nível da base, das paredes das construções, grandes pedras ao alto, parece-nos muito própria do começo desta última fase. As construções, de tipo quadrangular preferem-se cada vez mais, mas é indiscutível que esta forma só será dominante depois dos flávios. A escavação do Mozinho demonstra que pelos meados do séc. I d.C, nesta estação, ainda se fazem casas redondas com vestíbulo, organizadas em conjuntos familiares. Mostra ainda que a partir dos flávios passam a dominar as casas quadrangulares fazendo-se ainda outras redondas mas já sem vestíbulo. A estas observações feitas no Mozinho acerca das formas acrescentam-se outras sobre a evolução da técnica de construir em fiadas horizontais e a da colocação da pedra, no muro, numa posição conforme o seu peso de gravidade. Esta observação do Mozinho é válida para outros castros, caso de Faria, Monte da Saia, Briteiros, etc.

Creemos que só a partir desta época encontramos casas rectangulares ou oblongas com divisões internas, bem testemunhadas em castros, desde Sanfins a Santa Luzia até Coaña. Como em Baroña vimos, por vezes, estas divisões são feitas de materiais perecíveis e só uma minuciosa análise arqueológica, aquando da escavação, com a correspondente observação da qualidade e do aspecto do piso nos poderá elucidar estas diferentes divisões¹⁰. Se nas épocas anteriores a lareira se encontra sempre no centro da casa, a partir dos flávios vemos-na sistematicamente junto de parede, utilizando tégulas como base. Esta inovação dos vasos de depender sobre a fogueira pelas sertãs e painéis de poisar ao lado do fogo ou sobre trempe.

A partir desta época o castro, como centro de habitar, passa a perder o seu

prestígio social e político. O processo de privatização das terras e da construção de “vilas” passa a impôr o romano, aculturando o castrejo.

NOTAS

¹ Presentemente, e por causa das datações de C. 14, considero que os níveis mais remotos da Facha não serão tão antigos como na memória da escavação se escreveu. C. A. Ferreira de Almeida e outros, *Escavações Arqueológicas em Santo Estevão da Facha*, Ponte de Lima, 1981.

² Estes pisos de saibro e barro, que saíam para fora e se estendiam em redor das casas, talvez se devam comparar ao piso, do mesmo tipo, que mostra a casa feita com postes de Castro Mau. Neste caso ele seria, como parece, muito próprio das habitações em madeira dos tempos anteriores.

³ E possível que os silos do tipo de cova ovóide, escavada no saibro, cheguem ainda a este período, como os do Castro de Vigo parecem sugerir, embora algumas covas ovóides do Castro de Santa Tecla pareçam mais reservatórios de água.

⁴ A sua espesura média anda entre os 40 e os 50 cm.

⁵ A decoração esculpida nas casas castrejas foi moda, sobretudo, na primeira parte do séc. I da nossa era e a sua área ocupa, sobretudo, a parte meridional desta cultura. Esta deteção e exigida pelo resultado das escavações, sobretudo do Mozinho, e também pela existência do mesmo tipo de ornamentação em algumas das mais antigas estelas romanas da bracarense.

⁶ Estes silos, que muitas vezes se instalam sobre plataforma rochosa, caso de Sanfins, de Mozinho e Santa Tecla, apresentam um piso bem cuidado e paredes bem fechadas com saibro e sistematicamente têm a entrada acima do nível do pátio ou solo, certamente para defender esses espaços dos ratos, os quais, como sabemos das fontes clássicas, constituíam uma praga nesta região. Ver também o que muito bem observado, escreveu C. Mergelina acerca deste problema, em Santa Tecla. (*La Citania de Santa Tecla. La Guardia*, “Bol. Sem. Estudios de Arte y Arqueologia”, t. XI, 1944, p. 21).

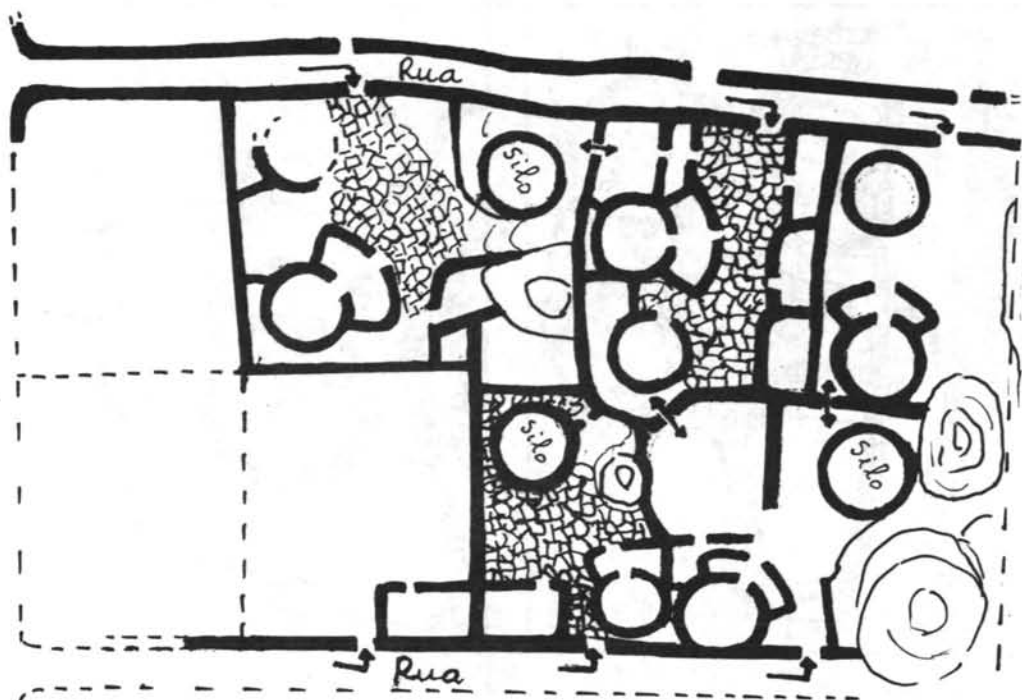
⁷ Sistematicamente as construções redondas, sem entrada ao nível do solo de Santa Luzia, de dois ou três metros de diâmetro, parece, só podem ter tido a função de silo.

⁸ Anotemos que muitas das casas, nas ruínas escavadas dos nossos castros, que não têm, hoje, entrada visível ao nível actual do solo, nos podem iludir por se tratar somente de alicerces. Não faltam casos, por exemplo na Facha, Pena, etc., onde vemos que as sanjas para o alicerce das casas têm mais de um metro de profundidade relativamente ao nível-piso envolvente, isto é, há alicerces muito fundos. Assim o escavador quando retira toda a terra, deixando todo o alicerce visível, cria-nos a ilusão de casas sem entrada ao nível do solo.

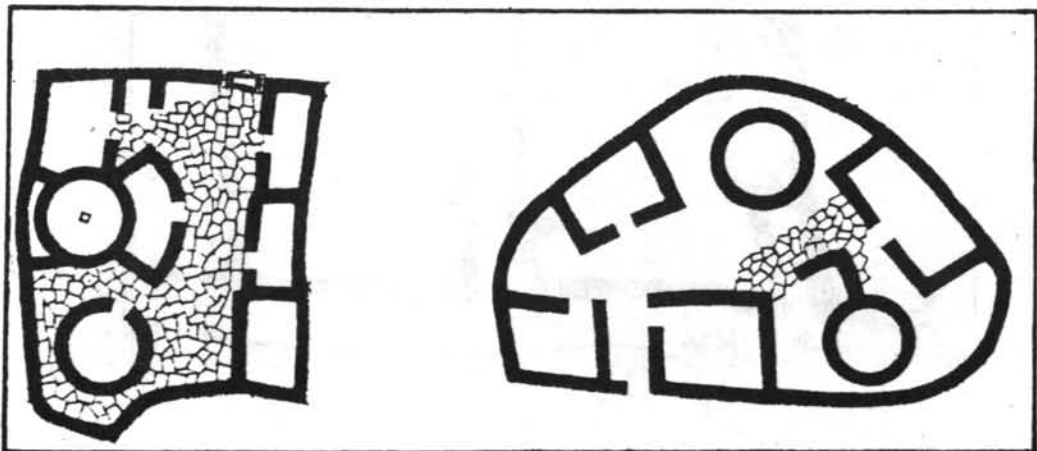
⁹ Em níveis de época de Augusto ainda aparecem moinhos de vai-vém.

¹⁰ Neste caso não será difícil atribuir uma mancha de piso que tenha cinza como sendo o espaço da cozinha e outra parte de chão, quando mais cuidado e sem cinza, como tendo sido aposento-sala.

Gravura 1.-

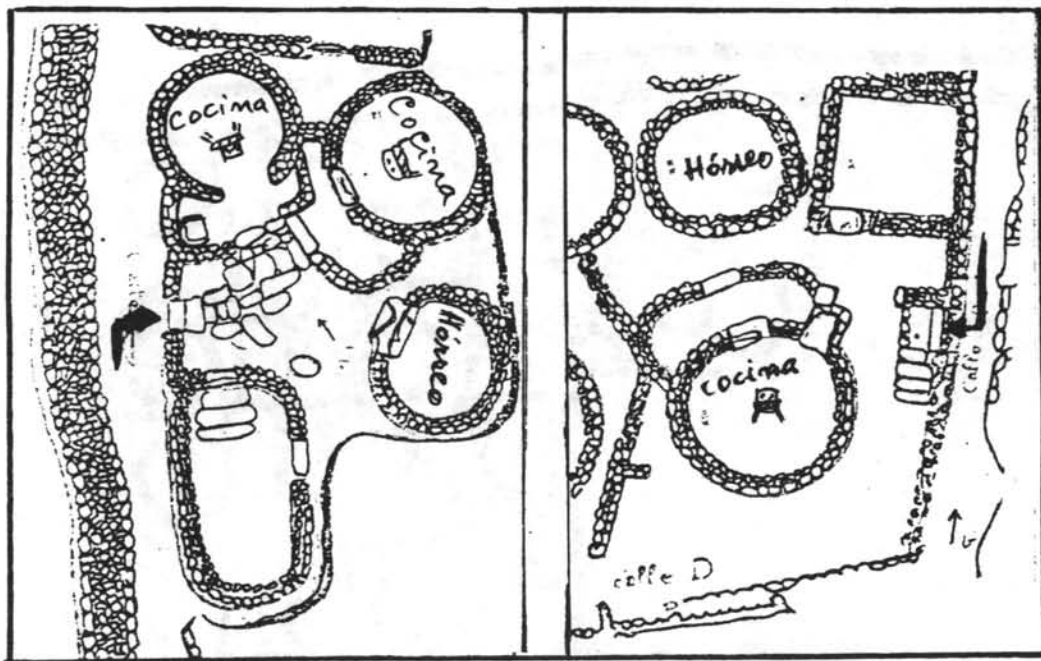


Gravura 2.-

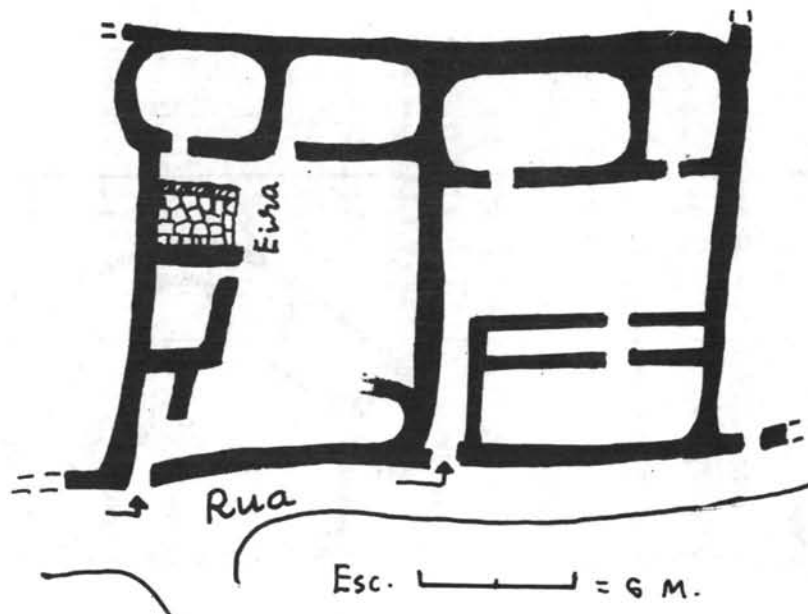


Gravura 1.- Bairro, entre ruas, da Citânia de Sanfins, cuja urbanização deverá pertencer à época Júlia-Claudia. Algumas casas comunicam entre si.
Gravura 2.- Casas-pátio de Sanfins.

Gravura 3.-



Gravura 4.-



Gravura 3.- Casas-pátio de Santa Tecla.

Gravura 4.- Casas-pátio do séc. I d.C. de Briteiros. Uma delas tem um espaço próprio de eira.